

REGULAMENTO DO PLANO ESPECIAL Nº 2 DE APOSENTADORIA SUPLEMENTAR

Índice

I.	Da Finalidade.....	1
II.	Das Definições	2
III.	Da Patrocinadora , Participantes e Beneficiários	3
IV.	Dos Benefícios	4
V.	Das Disposições Financeiras	6
VI.	Do Patrimônio do Plano	7
VII.	Do Pagamento e do Reajuste do Benefício de Suplementação	8
VIII.	Da Alteração e da Extinção do Plano	9

Capítulo I

Da Finalidade

Art. 1º - Este Regulamento tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações do **da Patrocinadora**, Participantes e respectivos Beneficiários, em relação ao Plano Especial nº 2 de Aposentadoria Suplementar, doravante denominado **Plano, administrado pela SantanderPrevi – Sociedade de Previdência Privada, doravante denominada Entidade**.

Parágrafo Único - Os dispositivos deste Regulamento são complementares aos do Estatuto da **Entidade**.

Capítulo II

Das Definições

Art. 2º - Para efeito de aplicação das normas deste Regulamento, as expressões abaixo relacionadas terão o seguinte significado:

- a) Benefício Especial de Suplementação: são os benefícios assegurados por este **Plano**, conforme previsto no presente Regulamento;
- b) Plano Básico: é o plano de benefícios administrado pela **Entidade**.

Capítulo III

Da Patrocinadora, Participantes e Beneficiários

Art. 3º - Para efeito deste Regulamento consideram-se:

I Patrocinadora

O Banco do Estado de Pernambuco S.A., atualmente denominado Banco **Bandepe S.A**

II Participantes

- a) os ex-empregados **da Patrocinadora**, admitidos no período de 24.01.1978 a 30.09.1980, doravante denominados “Participantes do Grupo Redutor G1”, que, havendose desligado nas condições dos Programas de Demissões Voluntárias implementados **pela Patrocinadora** entre 1991 e 1996, à época já elegíveis a um benefício de aposentadoria pela Previdência Social e não elegíveis ao plano de benefício **da Entidade**, tenham aderido até 28/02/2001 a este **Plano**, nos termos do previsto no parágrafo 1º do Artigo 7º.
- b) os ex-empregados **da Patrocinadora**, admitidos a partir de 01.10.1980, doravante denominados “Participantes do Grupo Redutor G2”, que, havendo se desligado nas condições dos Programas de Demissões Voluntárias implementados **pela Patrocinadora** entre 1991 e 1996, à época já elegíveis a um benefício de aposentadoria pela Previdência Social e não elegíveis ao plano de benefício da **Entidade**, tenham aderido até 28.02.2001 a este **Plano**, nos termos do previsto no parágrafo 1º do Artigo 7º **deste Regulamento**.

III Beneficiários

As pessoas que vivam, comprovada e justificadamente, sob a dependência econômica dos Participantes, observadas as condições específicas definidas no Estatuto e no Regulamento do Plano Básico.

Capítulo IV

Dos Benefícios

Art. 4º - A **Entidade** assegura aos Participantes do **Plano** o Benefício Especial de Suplementação, que constitui uma renda mensal, de acordo com o respectivo Grupo em que se enquadram, da seguinte forma:

- a) Participantes do Grupo Redutor G1
 - a1) O Benefício Especial de Suplementação inicial correspondeu ao valor pago **pela Patrocinadora** ao Participante, no mês imediatamente anterior à data de sua adesão ao **Plano**, relativo ao compromisso assumido por conta dos Programas de Demissões Voluntárias referidos na alínea (a) do artigo 3º., equivalente a 80% (oitenta por cento) da diferença entre o último salário efetivamente pago pelo **pela Patrocinadora**, referente ao último mês anterior ao desligamento funcional do participante, e o valor do benefício pago pela Previdência Social, no mês imediatamente anterior à data de adesão ao **Plano** para os que aderiram aos citados programas até 24.10.94. O Benefício Especial de Suplementação assim calculado será devido enquanto o Participante permanecer vinculado ao Plano Básico, por manutenção de inscrição, até o mês em que o Participante tornar-se elegível à percepção de benefício daquele Plano. Durante o período em que o Participante não atingir as condições de elegibilidade à percepção de benefício do Plano Básico, este permanecerá coberto por este **Plano**, percebendo o benefício a ele inerente.
 - a2) O Benefício Especial de Suplementação inicial correspondeu ao valor pago **pela Patrocinadora** ao Participante, no mês imediatamente anterior à data de sua adesão ao **Plano**, relativo ao compromisso assumido por conta dos Programas de Demissões Voluntárias referidos na alínea (a) do artigo 3º, e que equivale a 80% (oitenta por cento) do último salário efetivamente pago **pela Patrocinadora**, referente ao último mês anterior ao desligamento funcional do participante, deduzido o valor do benefício pago pela Previdência Social, no mês imediatamente anterior à data de adesão ao **Plano**, para os que aderiram aos citados programas após 25.10.94. O Benefício Especial de Suplementação assim calculado será devido enquanto o Participante permanecer vinculado ao Plano Básico, por manutenção de inscrição, até o mês em que o Participante tornar-se elegível à percepção de benefício daquele Plano. Durante o período em que o Participante não

Capítulo IV

atingir as condições de elegibilidade à percepção de benefício do Plano Básico, este permanecerá coberto por este **Plano**, percebendo o benefício a ele inerente.

b) Participantes do Grupo Redutor G2

- b1) O Benefício Especial de Suplementação inicial correspondeu ao valor pago diretamente pelo **pela Patrocinadora** ao Participante, no mês imediatamente anterior à data de sua adesão ao **Plano**, relativo ao compromisso assumido por conta dos Programas de Demissões Voluntárias referidos na alínea (a) do artigo 3º, equivalente a 80% (oitenta por cento) da diferença entre o último salário efetivamente pago pelo **pela Patrocinadora**, referente ao último mês anterior ao desligamento funcional do participante, e o valor do benefício pago pela Previdência Social, no mês imediatamente anterior à data de adesão ao **Plano**. O Benefício Especial de Suplementação assim calculado será devido enquanto o Participante permanecer vinculado ao Plano Básico, por manutenção de inscrição, até o mês em que o Participante tornar-se elegível à percepção de benefício daquele Plano. Durante o período em que o Participante não atingir as condições de elegibilidade à percepção de benefício do Plano Básico, este permanecerá coberto por este **Plano**, percebendo o benefício a ele inerente.

Art. 5º - A **Entidade** assegura ainda aos participantes do **Plano** a suplementação do abono anual, que será paga até o mês de dezembro de cada ano e seu valor corresponderá a tantos 1/12 (um doze avos) do valor da suplementação correspondente àquele mês, quantos forem os meses em que o destinatário se manteve em gozo do benefício no curso do mesmo ano.

Capítulo V

Das Disposições Financeiras

Art. 6º - **A Patrocinadora** assume a totalidade dos encargos necessários à garantia de concessão do Benefício Especial de Suplementação previsto neste Regulamento, estabelecidos pelo Atuário responsável pelo **Plano**, com base nos compromissos já assumidos com os Participantes.

Art. 7º - A integralização do Fundo devido ao **Plano** foi efetivada **pela Patrocinadora**, após a aprovação deste Regulamento pela autoridade governamental competente e reavaliação atuarial, em montante equivalente ao valor presente do compromisso relativo ao Benefício Especial de Suplementação dos respectivos Participantes, que, para tanto, formalizaram a adesão expressa aos termos deste Regulamento.

§ 1º - O prazo para adesão dos Participantes ao **Plano** expirou no dia 28/02/2001, sendo vedadas, a partir de então, novas inscrições ao Plano, que assim se configura como um plano em extinção, para uma massa fechada de participantes em gozo de benefício.

§ 2º - A integralização das reservas devidas à **Entidade**, em função da concretização das adesões dos Participantes, foi feita no prazo e nas condições estabelecidas no Contrato de Repasse de Recursos Destinados à Capitalização da **Entidade**, celebrado entre esta e a **Patrocinadora**, com a interveniência do Estado de Pernambuco.

§ 3º - Na hipótese de, por força de sentença judicial, o Participante do **Plano** vir a obter a concessão de benefício do Plano Básico em momento anterior ao originalmente previsto por ocasião do cálculo atuarial referido no “caput”, o saldo da respectiva reserva matemática devidamente lastreado por parecer atuarial será transferido para o Plano Básico, de modo a fazer frente à antecipação de concessão de benefício naquele Plano Básico.

Art. 8º - Configurando-se a hipótese de, em avaliação atuarial anual do **Plano**, ser detectada insuficiência de reservas técnicas para os compromissos assumidos, esta deverá ser objeto de equacionamento **pela Patrocinadora** e, sujeito à aprovação da autoridade competente, de modo que seja garantido fluxo de caixa suficiente para os compromissos vincendos.

Parágrafo Único - Nas avaliações atuariais deste Plano será adotada a taxa de juros real de 6% (seis por cento) ao ano.

Capítulo VI

Do Patrimônio do Plano

Art. 9º - A **Entidade** administrará o patrimônio constituído **pela Patrocinadora** para a garantia do **Plano**, de acordo com diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo **da Entidade**, desde que em consonância com as disposições legais vigentes ou plano aprovado previamente pelo Conselho Monetário Nacional, segundo condições especiais previstas na legislação em vigor, dada a peculiaridade do patrimônio constituído e respectivo direcionamento especial que deverá nortear as aplicações financeiras das reservas técnicas constituídas no sentido de resguardar e garantir a saúde financeira do Fundo.

Art. 10 - O Conselho Deliberativo **da Entidade** deverá estabelecer política de investimentos do fundo financeiro constituído **pela Patrocinadora** para o **Plano** visando buscar uma taxa de retorno de investimentos, no mínimo, equivalente à taxa máxima de juro real estabelecida pela autoridade governamental competente, atualmente fixada em 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 11 - Todos os registros contábeis e atuariais relativos ao **Plano**, inclusive os valores de aplicações financeiras e respectivos rendimentos obtidos deverão, impreterivelmente, ser contabilizados e consignados em separado de qualquer outro plano administrado pela **Entidade**, ficando expressamente vedadas quaisquer transferências interprogramas, exceto na hipótese prevista no § 3º do art. 7º, bem como pagamentos de qualquer natureza que não estejam expressamente relacionadas ao Benefício Especial de Suplementação e respectivos Participantes, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único - Os administradores da **Entidade** serão solidariamente responsáveis pelo inadimplemento de disposições deste Regulamento, na forma da lei.

Art. 12 - As despesas administrativas do **Plano** são suportadas por fundo administrativo específico constituído por aporte de recursos já integralizado **pela Patrocinadora**.

Capítulo VII

Do Pagamento e do Reajuste do Benefício de Suplementação

Art. 13 - O Benefício Especial de Suplementação do **Plano** será pago na mesma data de pagamento fixada para os benefícios concedidos pelo Plano Básico.

Art. 14 - O pagamento do primeiro Benefício Especial de Suplementação a cada Participante deste **Plano** foi realizado no mês **subsequente** ao da respectiva adesão individual, tendo sido precedido da correspondente integralização de reservas **pela Patrocinadora**.

Art. 15 - O último pagamento do Benefício Especial de Suplementação aos Participantes deste **Plano**, será devido no mês imediatamente anterior àquele em que o Participante tornar-se elegível aos benefícios do Plano Básico ou no mês do seu falecimento (proporcionalmente à data do óbito), o que ocorrer primeiro.

Art. 16 - Os benefícios previstos neste Regulamento serão reajustados nas épocas em que for majorado o salário mínimo, de acordo com o índice de reajuste adotado para correção dos benefícios do Plano Básico.

Parágrafo Único - Aos Participantes que aderiram ao **Plano** em 01.06.1999 ou 01.08.1999, será concedido um reajuste extraordinário de 3,78% (três vírgula setenta e oito por cento) retroativo à data de adesão, no primeiro mês **subsequente** à aprovação da alteração deste Regulamento pela autoridade governamental competente. Tal reajuste extraordinário visa, exclusivamente, a recomposição da perda sofrida pelo Participante por ocasião do seu Benefício Especial de Suplementação inicial no **Plano**, calculado conforme o artigo 4º, em virtude do descompasso entre a data do referido cálculo e a data do último reajuste obtido junto à fonte pagadora anterior.

Capítulo VIII

Da Alteração e da Extinção do Plano

Art. 17 - O **Plano** somente poderá ser alterado ou **extinto** por proposta do Conselho Deliberativo **da Entidade**, sujeito à homologação **da Patrocinadora** e aprovação da autoridade governamental competente.

Art. 18 - Na hipótese da **extinção** do **Plano** nenhuma contribuição excedente aos compromissos assumidos na forma deste Regulamento e das normas legais vigentes à época será devida **pela Patrocinadora**.

§ 1º - O ativo líquido do **Plano**, nessa hipótese, será destinado na forma que dispuser a legislação aplicável, garantindo-se aos seus Participantes privilégio especial sobre os bens garantidores das reservas técnicas.

§ 2º - Após a satisfação dos direitos de todos os Participantes do **Plano**, havendo sobra de ativo, o Conselho Deliberativo submeterá à aprovação **da Patrocinadora** proposta de sua destinação, observada a legislação vigente.